



**PREFEITURA MUNICIPAL DE URUÇUÍ - PI**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS**  
**CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (GERAL)**  
**EDITAL 001/2018**

**CARGO**  
**ANALISTA AMBIENTAL**

**Data e Horário da Prova**  
**Domingo, 21/10/2018, às 08h**

## **INSTRUÇÕES**

- A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
- Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
- O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas.
- Este caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha (A,B,C,D).
- Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
- Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
- Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
- Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica do cartão-resposta.
- Assine o cartão-resposta no local indicado.
- Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
- Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
- Somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva após 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos do início da prova.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. Desligue e guarde em embalagem fornecida pelo fiscal de sala: máquina fotográfica; telefone celular; relógio; gravador; bip; receptor; pager; notebook; tablet eletrônico; palmtop; régua de cálculo; máquina de calcular e (ou) qualquer outro equipamento similar.

**Identificação do Candidato**

**Nome (em letra de forma)**

**GABARITO RASCUNHO**

*Apenas o fiscal de sala poderá destacar esta parte.*

**Nome do Candidato**

### **GABARITO RASCUNHO**

01	06	11	16	21	26	31	36
02	07	12	17	22	27	32	37
03	08	13	18	23	28	33	38
04	09	14	19	24	29	34	39
05	10	15	20	25	30	35	40



Para responder às questões seguintes, assinale APENAS UMA alternativa correta e marque o número correspondente no Cartão-Resposta.

Leia atentamente o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 4.

**Registro linguístico pode variar de acordo com a situação e o assunto**

Ideia de que há a língua "certa" de um lado e as variedades de outro vai na contramão dos estudos científicos.

“Me avisaram do meu gabinete que eu ‘tava com uma marca de batom, um beijo, no rosto. É o único problema que eu não preciso nessa altura da minha vida.”

A frase foi dita pelo Ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), durante a votação do pedido de *habeas corpus* para o Ex-presidente Lula no último dia 4 de abril.

Antes de retomar a leitura de seu voto, depois de aparte do Ministro Dias Toffoli, Barroso permitiu-se um momento de descontração.

Não paira dúvida acerca da formalidade do ambiente nem se questiona o grau de conhecimento da língua portuguesa do magistrado, mas o fato é que ele não disse “Avisaram-me”, “estava” ou “problema de que eu não preciso nesta altura”. Será que o Ministro errou?

Segundo o Sociolinguista Carlos Alberto Faraco, professor titular aposentado e Ex-reitor da Universidade Federal do Paraná, não há cortes rígidos entre formal e informal, entre oral e escrito, entre “certo” e “errado”.

“A mudança estilística do Ministro está ligada ao assunto; as pessoas modulam a língua de acordo com interlocutores, ambiente, assunto, gênero do discurso etc. O mais importante é fugir sempre das dicotomias. Dicotomizar a realidade linguística é falseá-la; a língua varia muito seja na fala, seja na escrita”, afirma.

Além disso, segundo o professor, esse registro linguístico já pertence à norma culta, embora não corresponda por inteiro à norma-padrão. “São muito frequentes as orações relativas cortadoras (do tipo de “O livro que eu gosto”, com apagamento da preposição “de”) nos debates do STF. Os falantes, mesmo os altamente escolarizados, nem se dão conta de quanto a língua que falam está mudando”, diz Faraco.

Segundo o professor, é preciso distinguir “norma culta” (o registro efetivamente usado pelo segmento social letrado) de “norma-padrão” (modelo convencional de correção estipulado por gramáticos).

A ideia de que há a língua “certa” de um lado e as variedades de outro, ainda presente no senso comum, vai na contramão dos estudos científicos.

É com base nos *corpora* (conjuntos de dados linguísticos sistematicamente coletados e representativos dos usos) que se pode afirmar que a norma culta já não se identifica plenamente com a norma-padrão, nem mesmo nas situações de formalidade.

Em suma, a norma culta de hoje já não é a língua de Rui Barbosa (1849-1923), embora a gramática normativa nos remeta com frequência a modelos da época do célebre orador, escritor e jurista baiano.

Esse desencontro ocorre porque a língua está em constante mudança, enquanto o padrão tradicional de correção tende a se manter estático desde as suas origens, no século 19, quando se pautou pelos usos de Portugal.

A norma-padrão é, segundo Faraco, um modelo idealizado. “O resultado do abismo que se cria entre as práticas correntes e as regras postuladas como padrão é esta espécie de anomia linguística em que vivemos no Brasil. O ensino não tem norte e o uso não tem norte. Há uma grande insegurança linguística entre os falantes porque muitas regras não fazem sentido em confronto com as práticas concretas”, afirma.

Faraco lembra que o gramático Celso Cunha (1917-1989) já apontava o problema brasileiro da “dualidade de normas”, ou seja, há uma realidade praticada e uma prescrita. “Isso não é um problema só brasileiro. Criou-se na tradição histórica da América Latina a ideia de que a língua como se fala nas colônias é incorreta, descuidada, portanto a língua modelar (a que devemos usar na escrita etc.) mora em outro lugar. O espanhol mora em Madri e o português mora em Lisboa”, conclui.

*www1.folha.uol.com.br - Folha de SP – 23/abril/18 - Thaís Nicoleti de Camargo - Adaptado*

**01)** A partir da leitura do texto, é INCORRETO afirmar:

- (A) Há uma diferença entre o modelo convencional da língua e a norma culta de hoje.
- (B) A língua culta atual e as variedades linguísticas identificam-se plenamente com a gramática normativa.
- (C) A frase dita pelo Ministro mostra a existência de uma norma culta e uma norma padrão, sendo uma praticada e outra prescrita, variando conforme a situação.
- (D) Não são incorretas as construções linguísticas informais.

**02)** A relação de ideia estabelecida pela oração destacada, foi identificada CORRETAMENTE entre parênteses em:

- (A) “Esse desencontro ocorre porque a língua está em constante mudança (...).” (conclusão)
- (B) “(...) o padrão tradicional de correção tende a se manter estático desde as suas origens (...), quando se pautou pelos usos de Portugal.” (conformidade)
- (C) “Em suma, a norma culta de hoje já não é a língua de Rui Barbosa, embora a gramática normativa nos remeta com frequência a modelos da época do célebre orador (...).” (concessão)
- (D) “O ensino não tem norte e o uso não tem norte.” (alternância)

**03)** O termo destacado tem o mesmo valor semântico da palavra entre parêntese, EXCETO em:

- (A) “O resultado do abismo que se cria entre as práticas correntes e as regras postuladas como padrão é esta espécie de anomia linguística em que vivemos no Brasil.” (organização)
- (B) “O mais importante é fugir sempre das dicotomias.” (divisões)
- (C) “Não paira dúvida acerca da formalidade do ambiente (...)” (a respeito de)
- (D) “Segundo o professor, é preciso distinguir “norma culta” de “norma-padrão” (modelo convencional de correção estipulado por gramáticos). (admitido)

**04)** No texto lê-se “Além disso, segundo o professor, esse registro linguístico já pertence à norma culta, embora não corresponda por inteiro à norma-padrão.”

Os termos sublinhados acima têm, respectivamente, a equivalência de:

- (A) Explicação/designação/tempo.
- (B) Realce/conformidade/intensidade.
- (C) Situação/afirmação/expletivo.
- (D) Inclusão/conformidade/tempo.

**05)** “Esse desencontro ocorre porque a língua está em constante mudança (...)”.

Desconsideradas as alterações de sentido, assinale a alternativa em que aparece ERRO ortográfico.

- (A) **Por que** a língua está em constante mudança?
- (B) As razões **porque** criticaram o ministro são equivocadas.
- (C) O ministro não empregou a norma padrão. **Por quê?**
- (D) A língua muda **porque** ela é dinâmica.

**06)** “(...) segundo o professor, esse registro linguístico já pertence à norma culta (...)”

Assinale a alternativa que justifica a utilização da crase:

- (A) “à” indica a junção de dois artigos definidos.
- (B) “à” indica a junção do pronome “a” com o artigo “a”.
- (C) “à” indica a junção da preposição “a” com o artigo “a”.
- (D) “à” indica a junção do artigo “a” com o pronome “a”.

**07)** “Registro linguístico pode variar de acordo com a situação e o assunto.”

Nessa frase, quantas palavras podem ser classificadas como substantivos?

- (A) Uma palavra.
- (B) Duas palavras.
- (C) Três palavras.
- (D) Quatro palavras.

**08)** “Segundo o Sociolinguista Carlos Alberto Faraco, professor titular aposentado e Ex-reitor da Universidade Federal do Paraná, não há cortes rígidos entre formal e informal (...)”

Aponte a alternativa que justifica corretamente o emprego das vírgulas:

- (A) Separar aposto.
- (B) Separar vocativo.
- (C) Separar sujeito.
- (D) Separar adjunto adverbial deslocado .

**09)** “Me avisaram do meu gabinete que eu ‘tava com uma marca de batom, um beijo, no rosto.”

Ao reescrever a frase acima, conforme a norma padrão (gramática normativa), o processo de colocação pronominal do termo destacado passa a ser:

- (A) Próclise.
- (B) Ênclise.
- (C) Mesóclise.
- (D) Eufonia como determinante.

**10)** A nação que não trata sua língua como prioridade não é civilizada.

Assinale a opção que apresenta a CORRETA classificação da oração destacada.

- (A) Oração coordenada sindética aditiva.
- (B) Oração subordinada adverbial comparativa.
- (C) Oração subordinada adjetiva restritiva.
- (D) Oração subordinada adjetiva explicativa.

## INFORMÁTICA

### QUESTÕES DE 11 A 15

**11)** Segundo o manual do Google Chrome navegar na Web em privado no modo de navegação anônima impede que suas atividades fiquem memorizadas pelo navegador.

Sobre essa característica pode-se afirmar, EXCETO:

- (A) Quando navega em privado, as outras pessoas que utilizam o dispositivo não veem a sua atividade.
- (B) O Chrome apaga os ficheiros transferidos na navegação em privado e desse modo eles não serão acessados por outros usuários do dispositivo.
- (C) O Chrome não guarda o seu histórico de navegação nem as informações introduzidas nos formulários.
- (D) Os cookies e os dados de sites são memorizados enquanto navega, porém, são eliminados quando fecha o modo de navegação anônima.

**12)** Com relação as funções existentes Microsoft Excel 2013, analise as afirmativas.

- I. ÍNDICE Use esta função para retornar um valor ou a referência a um valor de dentro de uma tabela ou intervalo.
- II. SEERRO Retornará um valor que você especifica se uma fórmula for avaliada para um erro; do contrário, retornará o resultado da fórmula.
- III. ARRUMAR Remove espaços do texto.

Quais afirmativas estão corretas?

- (A) Apenas I e II
- (B) Apenas II e III
- (C) Apenas I e III
- (D) I, II e III

**13)** Todas alternativas referem-se a atalhos do Microsoft Windows 10 em português brasileiro (PT-BR), EXCETO:

- (A) Ctrl + Shift + teclas de direção
- (B) Num Lock + asterisco
- (C) Ctrl + F1
- (D) Ctrl + D

**14)** O site de buscas Google (www.google.com.br) permite usar símbolos ou palavras na pesquisa para tornar os resultados mais precisos. Quais afirmações abaixo referem-se a refinamentos de busca do Google?

- I. Combinar pesquisas: Coloque "OR" entre cada consulta de pesquisa.
- II. Pesquisar um site específico: Coloque "site:" antes de um site ou domínio.
- III. Pesquisar em e-mails: Coloque "@" antes de uma palavra para pesquisar em domínios de e-mails.

- (A) Apenas I e II
- (B) Apenas II e III
- (C) Apenas I e III
- (D) I, II e III

**15)** Os termos abaixo:

- I. NTFS, FAT, EXT3
- II. Clock Interno
- III. Windows-1250, UTF-8, ISO 8859-5.

Estão relacionados respectivamente a:

- (A) I - Sistema de Arquivos; II - Hard Disk; III - Tipos de Sistemas Operacionais.
- (B) I - Extensão de Arquivos; II - Fuso Horário; III - Codificação de caracteres.
- (C) I - Sistema de Arquivos; II - Ciclagem do Processador; III - Codificação de caracteres.
- (D) I - Extensão de Arquivos; II - Fuso Horário; III - Tipos de Sistemas Operacionais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÕES DE 16 A 40

**16)** Em relação ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), é incorreto afirmar que:

- (A)** É uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira.
- (B)** É vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.
- (C)** Executa ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental.
- (D)** Exerce o poder de polícia ambiental.

**17)** São princípios da Política Nacional do Meio Ambiente, exceto:

- (A)** Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar.
- (B)** Planejamento e fiscalização do uso dos recursos humanos.
- (C)** Proteção de áreas ameaçadas de degradação.
- (D)** Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras.

**18)** Entende-se por poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente, exceto:

- (A)** Lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.
- (B)** Afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente.
- (C)** Afetem as condições estéticas ou sanitárias das áreas urbanas.
- (D)** Criem condições adversas às atividades sociais e econômicas.

**19)** Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Representa o órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA:

- (A)** Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.
- (B)** Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.
- (C)** Conselho de Governo.
- (D)** Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

**20)** São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, exceto:

- (A)** O sistema nacional de informações sobre vigilância sanitária.
- (B)** O licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.
- (C)** O Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.
- (D)** Os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental.

**21)** O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do SISNAMA, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.

Sobre a servidão ambiental, é incorreto afirmar que:

- (A) Não se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.
- (B) Poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua.
- (C) O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 10 (dez) anos.
- (D) O contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental deve ser averbado na matrícula do imóvel.

**22)** Sobre a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), é incorreto afirmar que:

- (A) O fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.
- (B) O sujeito passivo da TCFA é obrigado a entregar até o dia 31 de março de cada ano relatório das atividades exercidas no ano anterior, cujo modelo será definido pelo IBAMA, para o fim de colaborar com os procedimentos de controle e fiscalização.
- (C) Caso o estabelecimento exerça mais de uma atividade sujeita à fiscalização, pagará a taxa relativamente a apenas uma delas, pelo valor mais elevado.
- (D) As entidades públicas federais, distritais, estaduais e municipais não são isentas do pagamento da TCFA.

**23)** A Lei 10410/2002 criou e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente. São atribuições dos ocupantes do cargo de Gestor Ambiental, exceto:

- (A) Formulação das políticas nacionais de meio ambiente e dos recursos hídricos afetas à melhoria da qualidade ambiental e uso sustentável dos recursos naturais.

(B) Orientação e controle de processos voltados às áreas de conservação, pesquisa, proteção e defesa ambiental.

(C) Estudos e proposição de instrumentos estratégicos para a implementação das políticas nacionais de meio ambiente, bem como para seu acompanhamento, avaliação e controle.

(D) Desenvolvimento de estratégias e proposição de soluções de integração entre políticas ambientais e setoriais, com base nos princípios e diretrizes do desenvolvimento sustentável.

**24)** Em relação a proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora, é competência dos Municípios:

(A) Promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos em terras indígenas.

(B) Exercer o controle ambiental sobre o transporte marítimo de produtos perigosos.

(C) Aprovar a liberação de exemplares de espécie exótica da fauna e da flora em ecossistemas naturais frágeis ou protegidos.

(D) Elaborar o Plano Diretor, observando os zoneamentos ambientais.

**25)** São penas restritivas de direito que podem ser aplicadas no caso de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, exceto:

(A) Prestação de serviços à comunidade.

(B) Recolhimento domiciliar.

(C) Prestação pecuniária.

(D) Cassação dos direitos políticos.



**26)** Em relação à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora, analise as afirmativas abaixo:

- I. Para fins de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, e para autorização de supressão e manejo de vegetação, o critério do ente federativo instituidor da unidade de conservação também será aplicado às Áreas de Proteção Ambiental (APAs).
- II. Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, em conformidade com as atribuições estabelecidas em Lei Complementar.
- III. Supressão de vegetação decorrente de licenciamentos ambientais é autorizada pelo ente federativo licenciador.

O número de afirmativas corretas corresponde a:

- (A) Zero.
- (B) Uma.
- (C) Duas.
- (D) Três.

**27)** No caso de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, são circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime, ter o agente cometido a infração, exceto:

- (A) no interior do espaço territorial especialmente protegido.
- (B) em sábados, domingos ou feriados.
- (C) atingindo espécies ameaçadas, listadas em relatórios oficiais das autoridades competentes.
- (D) afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou o meio ambiente.

**28)** Nas infrações penais previstas na Lei 9605/98, conhecida como Lei dos Crimes Ambientais, a ação penal é:

- (A) pública incondicionada.
- (B) privada.
- (C) pública condicionada à representação.
- (D) pública incondicionada ou privada, dependendo do crime.

**29)** No crime de “Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida”, a pena não é aumentada de metade, se o crime é praticado:

- (A) em unidade de conservação.
- (B) durante o dia.
- (C) com abuso de licença.
- (D) em período proibido à caça.

**30)** Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, exceto:

- (A) Demolição de obra.
- (B) Destruição ou inutilização do produto.
- (C) Advertência.
- (D) Reclusão.

**31)** Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao:

- (A) Ministério do Meio Ambiente
- (B) Secretarias Municipais de Meio Ambiente.
- (C) Fundo Nacional do Meio Ambiente.
- (D) Ministério da Saúde.

**32)** Na estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), o Conselho de Governo é classificado como órgão:

- (A) Superior.
- (B) Central.
- (C) Seccional.
- (D) Consultivo e Deliberativo.

**33)** O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) poderá dividir-se em Câmaras Técnicas, para examinar e relatar ao Plenário assuntos de sua competência. As Câmaras Técnicas são integradas por até:

- (A) 10 (dez) membros
- (B) 12 (doze) membros
- (C) 15 (quinze) membros
- (D) 20 (vinte) membros

**34)** Em relação aos prazos prescricionais relacionados às infrações contra o meio ambiente, analise as afirmativas abaixo:

- I. Prescreve em dez anos a ação da administração objetivando apurar a prática de infrações contra o meio ambiente, contada da data da prática do ato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que esta tiver cessado.
- II. Considera-se iniciada a ação de apuração de infração ambiental pela administração com a lavratura do auto de infração.
- III. A prescrição da pretensão punitiva da administração elide a obrigação de reparar o dano ambiental.

O número de afirmativas incorretas corresponde a:

- (A) Zero.
- (B) Uma.
- (C) Duas.
- (D) Três.

**35)** O processo administrativo federal para a apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente será orientado pelos seguintes princípios, exceto:

- (A) Integralidade.
- (B) Proporcionalidade.
- (C) Segurança jurídica.
- (D) Legalidade.

**36)** A execução da Política Nacional do Meio Ambiente, no âmbito da Administração Pública Federal, terá a coordenação do:

- (A) Ministro do Meio Ambiente.
- (B) Secretário do Meio Ambiente.
- (C) Procurador Geral da República.
- (D) Presidente da República.

**37)** Na estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes são classificados como órgão:

- (A) Central.
- (B) Local.
- (C) Executor.
- (D) Superior.

**38)** A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. O prazo máximo de restrição de acesso à informação, classificada como “Reservada”, e que vigora a partir da data de sua produção é de:

- (A) 3 (três) anos.
- (B) 5 (cinco) anos.
- (C) 15 (quinze) anos.
- (D) 25 (vinte e cinco) anos.

**39)** São diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, exceto:

- (A)** Assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho.
- (B)** Elaborar o plano anual de capacitação da instituição, compreendendo as definições dos temas e as metodologias de capacitação a serem implementadas.
- (C)** Promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento.
- (D)** Incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento de áreas de seu interesse pessoal e desvinculadas à sua área de atuação.

**40)** Conforme a Lei Federal de acesso à informação, a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino é denominada de:

- (A)** Primariedade.
- (B)** Integridade.
- (C)** Autenticidade.
- (D)** Disponibilidade.